

## **SOB EMBARGO ATÉ:**

11 de março de 2020 (3h EST)

### **ESTADO DE DIREITO EM DECLÍNIO A NÍVEL MUNDIAL PELO TERCEIRO ANO CONSECUTIVO**

*«WJP Rule of Law Index 2020» Apresenta Evolução Negativa Sustentada no Sentido de um Estado de Direito mais Frágil a Nível Mundial*

*Direitos Fundamentais, Restrições ao Poder Governamental e Ausência de Corrupção são as Principais Áreas de Maior Declínio no Relatório Global*

WASHINGTON, DC (11 de março de 2020) – O World Justice Project (WJP) lançou hoje o «WJP Rule of Law Index® 2020», um relatório anual baseado em inquéritos a nível nacional a mais de 130 000 famílias e 4000 profissionais de justiça e especialistas a nível mundial.

O «WJP Rule of Law Index» mede o desempenho do estado de direito em 128 países e jurisdições relativamente a oito fatores primários: Restrições ao Poder Governamental, Ausência de Corrupção, Governo Aberto, Direitos Fundamentais, Ordem e Segurança, Coação Regulamentar, Justiça Civil e Justiça Penal. O Índice é a fonte líder mundial de dados independentes e originais sobre o Estado de Direito.

#### **Tendências Globais**

Pelo terceiro ano consecutivo, mais países sofreram uma diminuição do desempenho do Estado de Direito do que aqueles que tiveram um aumento, continuando uma tendência negativa para a fragilização e a estagnação do Estado e Direito a nível mundial. A maioria dos países que apresentam deterioração do Estado de Direito no Índice 2020 também sofreram deterioração no ano anterior, demonstrando uma tendência persistente no sentido negativo. Isto foi particularmente pronunciado no fator do Índice que mede as Restrições ao Poder Governamental.

O declínio foi generalizado e decorreu em países de todas as regiões do mundo. Em todas as regiões, o desempenho do Estado de Direito da maioria dos países recuou ou permaneceu inalterado comparativamente ao «WJP Rule of Law Index 2019».

A um nível global, durante o último ano os países sofreram o declínio mais acentuado nas áreas de Direitos Fundamentais (54 com declínio, 29 com melhoria), Restrições ao Poder Governamental (52 com declínio, 28 com melhoria), e Ausência de Corrupção (51 com declínio, 26 com melhoria). Este padrão não é recente; dados do WJP mostram que esses três fatores também sofreram o maior declínio ao

longo de um período de cinco anos. O parâmetro de Direitos Fundamentais apresentou o maior recuo, com a diminuição da pontuação de 67 países desde 2015.

O parâmetro de Justiça Civil apresentou a evolução mais positiva em relação ao ano anterior, com 47 países com melhoria e 41 com declínio. Desde 2015, o parâmetro de Coação Regulamentar apresentou melhoria na maioria dos países, com 65 países com melhoria e 29 com declínio.

«Estamos a assistir a uma erosão permanente das dimensões fundamentais de governação responsável que está a afetar tanto democracias como ditaduras», observou Elizabeth Andersen, diretora executiva do WJP. «Este é o terceiro ano em que os nossos dados mostraram o recuo do Estado de Direito a nível global, incluindo em países tradicionalmente com forte desempenho que serviram como bons exemplos e defensores destas normas em todo o mundo. Este vácuo na liderança está a contribuir para a difusão da fragilização do Estado de Direito.»

### **Países em Destaque**

Dinamarca, Noruega e Finlândia obtiveram as melhores classificações no «*WJP Rule of Law Index 2020*». A República Bolivariana da Venezuela; o Camboja; e a República Democrática do Congo apresentaram as classificações mais baixas do Estado de Direito a nível geral — algo semelhante a 2019.

*NOTA AOS EDITORES: PERFIS INDIVIDUAIS DOS PAÍSES, COM PONTUAÇÕES E CLASSIFICAÇÕES RELATIVAMENTE A PROBLEMAS ESPECÍFICOS, DISPONÍVEIS PARA TRANSFERÊNCIA AQUI: [WORLD JUSTICE PROJECT RULE OF LAW INDEX 2020](#)*

A pontuação geral do Estado de Direito dos dez países no topo do Índice permanece inalterada desde o relatório anterior, do ano de 2019. Este ano, os Estados Unidos saíram pela primeira vez dos 20 países do topo da classificação, sendo substituídos por Espanha. A França desceu da 17ª para a 20ª posição, com Singapura trocando de posição com o Reino Unido, passando da 13ª para a 12ª posição.

Os países com a melhoria mais significativa do Estado de Direito foram a Etiópia (aumento de 5,6 % da pontuação, resultante primariamente de ganhos nos parâmetros de Restrições ao Poder Governamental e Direitos Fundamentais) e a Malásia (aumento de 5,1 % resultante primariamente de ganhos nos parâmetros de Restrições ao Poder Governamental, Direitos Fundamentais e Coação Regulamentar).

«Transições recentes da liderança destes países aceleraram reformas e deram esperança aos cidadãos que começamos a ver nos dados. Isto mostra como a vontade política é importante», disse Andersen. «Em seguida, ocorrerá a fase fundamental da implementação, testando se estes líderes são capazes de cumprir as suas promessas e de se manterem no caminho do progresso.»

A evolução mais marcadamente negativa do Estado de Direito foi registada na República dos Camarões (-4,4 % resultante primariamente de perdas nos parâmetros de Ordem e Segurança e Direitos Fundamentais) e no Irão (-4,2 % resultante primariamente de perdas no parâmetro de Justiça Penal).

Ao longo dos últimos cinco anos, os países com a maior perda percentual anual média a nível do Estado de Direito foram o Egito (-4,6 %); a República Bolivariana da Venezuela (-3,9 %); o Camboja (-3,0 %); as Filipinas (-2,5 %); a República dos Camarões (-2,4 %); a Hungria (-2,1 %); e a Bósnia-Herzegovina (-2,1 %).

O maior declínio único por fator ao longo dos últimos cinco anos foi a pontuação do Egito e da Polónia relativamente ao parâmetro de Restrições ao Poder Governamental, com um declínio anual médio de -8,5 % e -6,8 %, respetivamente.

Os países líderes nas pontuações gerais do estado de direito por região foram: Nepal (Ásia Meridional), Geórgia (Europa de Leste e Ásia Central); Namíbia (África Subsariana); Uruguai (América Latina e Caribe); Emirados Árabes Unidos (Médio Oriente e Norte de África); Nova Zelândia (Ásia Oriental e Pacífico) e Dinamarca (Europa Ocidental e América do Norte, definidos como UE + EFTA + América do Norte).

«O Estado de Direito não é um assunto apenas para juízes e advogados», disse William H. Neukom, fundador e diretor executivo do WJP. «É o substrato de comunidades com justiça, oportunidade e paz. Todos somos partes interessadas no estado de direito e, portanto, todos temos um papel a desempenhar no seu suporte. O Índice 2020 sublinha resalta que temos um trabalho árduo pela frente».

O relatório completo de 2020 — incluindo perfis de cada país, visualizações de dados, metodologia e opções de transferência — encontra-se disponível no dia 11 de março em:

[www.worldjusticeproject.org/2020-Index](http://www.worldjusticeproject.org/2020-Index)

#### **ACERCA DO «WJP RULE OF LAW INDEX»**

O «*WJP Rule of Law Index*®» é a fonte líder mundial de dados independentes e originais sobre o Estado de Direito. Abrangendo atualmente 128 países e jurisdições, o Índice resulta de mais de 130 000 inquéritos às famílias e 4000 profissionais de justiça e inquéritos a especialistas para medir a forma como o Estado de Direito é vivenciado e percecionado a nível mundial. O Índice fornece informações atuais e fiáveis aos responsáveis políticos, organizações da sociedade civil, académicos, cidadãos e profissionais de justiça, entre outros, e destina-se a encorajar reformas políticas, orientar o desenvolvimento de programas e contribuir para a pesquisa e para o fortalecimento do Estado de Direito.

#### **ACERCA DO WORLD JUSTICE PROJECT:**

O World Justice Project (WJP) é uma organização independente e multidisciplinar que trabalha para gerar conhecimento, conscientizar e promover a ação no sentido do avanço do Estado de Direito a nível mundial. Um Estado de Direito eficaz reduz a corrupção, combate a pobreza e a doença e protege as pessoas de injustiças de grande e pequena dimensão. Também constitui a fundação de comunidades com justiça, oportunidade e paz — estando diretamente associado ao desenvolvimento, governação responsável e respeito pelos direitos fundamentais.

O World Justice Project define o Estado de Direito como um sistema duradouro de leis, instituições, normas e compromisso da comunidade que providencia: responsabilização, leis justas, governo aberto e justiça acessível. Obtenha mais informações acerca destes quatro princípios universais e do nosso trabalho em: [www.worldjusticeproject.org](http://www.worldjusticeproject.org)

**CONTACTO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E PEDIDOS DE ENTREVISTA:**

[press@worldjusticeproject.org](mailto:press@worldjusticeproject.org)

(206) 792-7676